

Introdução

Neste texto, o organizador fala da origem deste projecto, das linhas gerais e dos tópicos de relevo em relação ao periódico *A Abelha da China*, no seu bicentenário. Os textos que constam do dossiê recebem algumas considerações.

(Autor: Duarte Drumond Braga, pp. 6–9)

A Abelha da China: Um Marco Histórico Seminal

As *Providências*, decretadas em 1783 por D. Maria I, constituíram uma profunda derrota para o Leal Senado, que perdeu prerrogativas usufruídas desde os primórdios da estada dos portugueses em Macau. Sensivelmente em 1807, teve início a desagregação do Antigo Regime português, cuja existência foi definitivamente posta em causa pela Revolução Liberal. Uma das primeiras prioridades dos novos governantes foi a elaboração de uma *Constituição* que estatuisse as normas baseadas nos novos valores apregoados pelo Liberalismo. Em Macau, a sociedade cindiu-se perante este documento fracturante: os progressistas apoiaram-no incondicionalmente; os conservadores tudo fizeram para que não fosse aplicado, registando-se a derrota dos

últimos. Para melhor darem a conhecer as suas realizações políticas e sociais e combater os adversários, os liberais fundaram *A Abelha da China*, um periódico de inequívoco valor que apenas se publicou durante pouco mais do que um ano. Entretanto, D. Manuel da Câmara, Governador da Índia, da qual Macau dependia, alegando alta traição, enviou uma fragata para pôr fim à hegemonia das forças liberais no Leal Senado. Desfeiteadas estas, aquele jornal foi pouco depois encerrado e os seus responsáveis perseguidos.

(Autor: Daniel Pires, pp. 10–23)

Constituição, Senado e Imprensa em Macau: o Contributo do A Abelha da China

Este trabalho procura enfatizar a importância do *A Abelha da China*, o primeiro jornal impresso em Macau, como fonte da maior importância para a história constitucional portuguesa do primeiro liberalismo, bem como para o estudo de matérias de ciência política e de administração pública, especificamente relacionadas com aquele território. Procura-se demonstrar esta asserção analisando algumas das questões que se levantaram em torno do juramento constitucional em 1822.

(Autor: Luís Cabral de Oliveira, pp. 24–41)

A História de A Abelha da China, o Primeiro Jornal Estrangeiro da China

A Abelha da China, criada em 1822, é considerado o primeiro jornal moderno de Macau. O jornal nasceu há 200 anos, mas a história da investigação deste jornal semanal apenas teve início em 1965 com o Padre Teixeira, e os artigos de investigação eram, no início essencialmente escritos em português e inglês. O nome *A Abelha da China* apareceu pela primeira vez na *História do Jornalismo Chinês* escrito por Gou Gong Cheng em 1927. No entanto, pouco é dito e descrito sobre o jornal no livro, servido apenas de registo, sem uma análise aprofundada do conteúdo e do contexto da criação. No final de 1995, o professor Fang Hanqi, da Universidade Renmin da China, foi presenteado com uma fotocópia da *A Abelha da China*, o que trouxe uma oportunidade para um estudo aprofundado do jornal. Em 1996, a professora Cheng Manli, da Universidade Renmin da China, seleccionou o estudo deste periódico para a sua tese de doutoramento. O presente artigo apresenta, primeiramente, os estudos e avaliações preliminares do jornal por estudiosos chineses, seguido do surpreendente contacto do professor Fang Hanqi

com a *A Abelha da China* e, posteriormente, as dificuldades do estudo da professora Cheng Manli sobre o jornal. Este trabalho também aborda várias disputas decorrentes do estudo de *A Abelha da China*.

(Autor: Tang Io Weng, pp. 42–53)

Navegando nas Ideologias: o Jornalismo do Século XIX em Macau e Hong Kong

Bem antes de Portugal, Espanha, Holanda e Inglaterra navegarem pelos mares para competirem pela riqueza colonial, a difusão da imprensa na Europa após 1450 tornou-se um grande estímulo para o desenvolvimento. Como ondas num lago, “transbordamentos” económicos e sociais geraram alfabetização, conhecimento, comércio e migrações em massa em todo o continente.

A tipografia atingiu também os territórios portugueses. A primeira prensa móvel em Goa foi importada de Lisboa em 1545, produzindo manuscritos religiosos e científicos. A produção aumentou quando outra prensa chegou a Macau de Lisboa em 1588 na residência jesuíta. Com o declínio do Império Português no século XVII e o declínio de Macau, o processo tipográfico entrou num período de estagnação até que a

Companhia Britânica das Índias Orientais foi autorizada pelo Leal Senado a construir fábricas e fixar residência em 1738. Após as Guerras do Ópio, uma nova era começou em Macau no século XIX, Hong Kong e outros ‘portos de tratados’ Europeus, sinalizando um ponto de viragem em que o jornalismo, o ‘livre comércio’ e o discurso liberal ganharam destaque.

Este artigo debate o jornalismo impresso em Macau e Hong Kong no século XIX, partindo das origens religiosas, passando pela defesa de novas ideias sociais e interesses comerciais que marcaram esses primeiros anos. O foco incide nos Macaenses treinados em Macau como compositores e tipógrafos, que emigraram para Hong Kong depois de 1841 para estabelecerem os seus próprios negócios. Como evidenciado pelas suas histórias pessoais, estes empresários estavam bem cientes das tensões entre liberais e conservadores em Lisboa e Macau, bem como o crescente dogma do ‘livre comércio’ em Hong Kong, que os atraiu e os repeliu ao afirmarem uma identidade cultural única sob o domínio britânico. Como editores e jornalistas, muitos de origem humilde, as suas histórias são exemplos de como

navegaram entre ideologias predominantes.

(Autor: Roy Eric Xavier, pp. 54–68)

Recensão de “A Abelha da China” nos Seus 200 Anos: Casos, Personagens e Confrontos na Experiência Liberal de Macau

Resenha crítica do recente livro (2022) sobre *A Abelha da China* que inaugura a colecção de História da editora do Centro Científico e Cultural de Macau, da responsabilidade do jornalista e estudioso Hugo Pinto e do académico Duarte D. Braga. Série de estudos sobre o referido periódico, da autoria de Jin Guoping, Cátia Miriam Costa, Pablo Magalhães, Jorge Abreu Arrimar e Tereza Sena. Explica-se como este livro abre portas e novas perspectivas à história cultural e política de Macau.

(Autor: Rodrigo Barros, pp. 69–73)

The Canton Register: o Primeiro Jornal em Língua Inglesa na Costa da China

O *The Canton Register* desempenhou um papel importante no desenvolvimento do comércio na China. Muitos dos comerciantes privados não tinham meios de obter informações sobre a China e o comércio na Ásia, além do necessário para levar a cabo os

seus negócios. Como resultado, todos os envolvidos no comércio tendiam a ter visões diferentes sobre como os negócios eram administrados e conduzidos e por que sucediam daquela forma. Esta situação mudou quando o *The Canton Register* foi criado em Novembro de 1827. Pela primeira vez na história do comércio da China, todos podiam ter acesso às mesmas informações adquirindo uma cópia do *Register*. O jornal fornecia uma ampla gama de dados úteis à comunidade estrangeira na China, desde artigos sobre a sociedade e política chinesas até práticas comerciais nos portos de toda a Ásia. Antes da década de 1820, a comunidade estrangeira não era grande o suficiente para sustentar tal periódico. Em 1825, no entanto, mais de 100 navios chegavam por ano, a maioria dos quais privados. A demanda por uma fonte comum de informação era forte, e o *The Canton Register* preenchia essa lacuna. Apesar de existirem muitas controvérsias em torno do jornal, como o seu apoio ao comércio do ópio e a sua oposição ao monopólio da Companhia Inglesa das Índias Orientais, o jornal fornecia aos leitores a informação necessária para a prossecução do comércio na China. (Autor: Paul A. Van Dyke, pp. 74–89)

A Mão De Deus? O Que Realmente Aconteceu no Solstício de Verão

Ainda que na primeira metade do século XVII a Companhia Holandesa das Índias Orientais tenha libertado o Estado da Índia português da maior parte das suas possessões na Ásia numa série de duras campanhas, a cobiçada Macau continuava a ser um prémio apetecível. Com base nas memórias do mercenário suíço Elie Ripon, o presente artigo fornece novas percepções sobre o fracasso da invasão holandesa de Macau em 24 de Junho de 1622. A explosão que pôs fim ao ataque tem sido tradicionalmente considerada um tiro de ‘sorte’ de um canhão português. No entanto, surgiu outro relato sugerindo que se deveu a um mercenário “desajeitado” ao serviço dos holandeses.

(Autor: Leonard Blussé, pp. 90–99)

Jiuxing e Jiuxingyang nos Registos do Período Ming: Notas Geográficas

Existem várias ilhas no lado leste de Zhuhai. Um pequeno arquipélago tem o nome de Jiuzhou (Liedao) (九洲列島), que significa ‘Nove Ilhas’. Nos tempos antigos, o seu nome era Jiuxing (Zhoushan) (九星洲山), literalmente ‘Nove Estrelas’. O mar

perto deste arquipélago é conhecido como Jiuxingyang (九星洋) ou Jiuzhouyang (九洲洋). Textos e mapas tradicionais chineses fornecem informações sobre as ilhas e o mar, mas nem sempre registam as suas posições geográficas correctamente. Assim, em alguns casos, localizam esses territórios a alguma distância da antiga Xiangshan (香山), em mar aberto, e não perto do Lingdingyang (伶仃洋). O presente artigo examina referências a esses topónimos em crónicas locais, mapas e outras obras, principalmente do período Ming. Trata-se da discussão de vários nomes, das dimensões simbólicas associadas às ‘Nove Estrelas’ e das possíveis relações conceptuais entre dois mundos: as ilhas próximas da costa de Xiangshan e as do Mar do Sul da China.

(Autor: Roderich Ptak, pp. 100–126)

Redes de Comércio em Malaca

Malaca, situada no estreito do mesmo nome, na costa ocidental da Península Malaia e frente à Ilha de Samatra, começou por ser uma pequena aldeia piscatória, que durante o século XIV, ganhou importância pela sua privilegiada posição geográfica — ponto de passagem quase obrigatório nas ligações marítimas entre o Oceano Índico e o Extremo Oriente — e por, nessa altura, poder garantir a segurança da

navegação, ameaçada por piratas chineses e malaios. Fundada como cidade-estado hindu, em 1403, por Parameswara, transformou-se depois num sultanato muçulmano, cerca de 1414.

Com a intensificação generalizada das trocas comerciais, novas rotas surgiram. O uso, generalizado, da moeda, deu origem ao aparecimento de grandes fortunas e fez com que a noção de valor evoluísse. A própria região tinha tendência a organizar-se à volta de um mar interior que funcionava, cada vez mais, à maneira de um *Mediterrâneo*.

Três redes mercantis iriam

concorrer entre si: a rede chinesa, a rede muçulmana e, por último, a rede cristã.

A política oficial do sultanato era a de favorecer o estabelecimento de comerciantes estrangeiros na cidade. Os portugueses continuaram com esta política, após a conquista da cidade, pelo menos, durante a primeira metade do século XVI.

Com a conquista de Malaca pelos portugueses, em 1511, um novo grupo aparecia: os *casados*, que eram soldados portugueses casados com mulheres locais. Estes *casados* tomaram parte activa no comércio de cabotagem,

visto não serem bem aceites no comércio de longo curso, somente partilhado pela Coroa com a nobreza.

Progressivamente acentuou-se a decadência de Malaca no comércio à distância, o que em grande parte se deveu ao crescente desenvolvimento dos portos de Achém, Johor, Patane e Sunda, para onde uma parte dos navios mercantis vinha sendo desviada, nomeadamente por acção dos guzerates e dos descendentes do anterior sultão de Malaca e seus sucessores.

(Autora: Leonor Diaz de Seabra, pp. 127–135)